



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH
Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS

Nota Técnica nº 01/2013/CTAS/CNRH/MMA

Em 24 de outubro de 2013.

Assunto: Encaminhamento de Proposta de Resolução que estabelece critérios e diretrizes para implantação de Recarga Artificial de Aquíferos no território Brasileiro.

APRESENTAÇÃO

1. Atendendo às atribuições imputadas a esta Câmara Técnica pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, consubstanciadas na Resolução CNRH nº 9 de 21 de junho de 2000, é apresentada:

- Nota Técnica que fundamenta a proposição da Resolução que “**Estabelece critérios e diretrizes para implantação de Recarga Artificial de Aquíferos no território Brasileiro**”.

2. A discussão do tema e a elaboração da presente proposta de Resolução foram definidas como prioridades pelo CNRH para o ano de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO

3. A Resolução estabelece critérios e diretrizes para a implantação de mecanismos de Recarga Artificial de Aquíferos no território brasileiro e define os objetivos da recarga, as competências do usuário e dos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e o projeto executivo para implantação da recarga artificial.

4. A Recarga Artificial de Aquíferos é um procedimento técnico que tem como objetivo geral a introdução não natural de água em um aquífero, por intervenção antrópica planejada, por meio da construção de estruturas projetadas para este fim, em especial: armazenar água para garantia da segurança hídrica; estabilizar ou elevar os níveis de água em aquíferos regularizando variações sazonais; compensar efeitos de superexploração de aquíferos; controlar a intrusão salina; e controlar a subsidência do solo.

5. As técnicas de Recarga Artificial de Aquíferos são amplamente difundidas e utilizadas em diversos países do mundo a exemplo dos EUA, México, Alemanha, Chile, França, Holanda, Austrália, África do Sul, dentre outros, cujo processo de implantação é regulamentado (p. ex. Norma Oficial Mexicana NOM-014-CONAGUA-2007 e NOM-015-CONAGUA-2007), visto

que sua utilização inadequada é potencialmente causadora de impactos negativos aos recursos hídricos subterrâneos.

II HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

6. A referida proposta de Resolução originou-se na 80ª reunião da CTAS, motivada pelas discussões sobre o tema no 1º Seminário Internacional Recarga Artificial de Aquíferos, realizado na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 11 e 15 de junho de 2012.

7. Com o objetivo de discutir o assunto foi formado um Grupo de Trabalho - GT, dentre os membros da CTAS, com a intenção de se elaborar uma minuta da proposta e posterior discussão em plenária da CTAS.

8. A 1ª reunião para discutir o assunto ocorreu no dia 15 de junho de 2012, na 80ª reunião da CTAS, realizada na cidade de Belo Horizonte, dentro do Seminário Internacional de Recarga Artificial, e contou com a presença de diversos especialistas no tema. Após a reunião inicial e formação do GT os integrantes se reuniram durante 07 ocasiões, buscando sempre ampla participação de especialistas no tema. A 2ª reunião do GT ocorreu na cidade Bonito/MS durante o Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas; a 3ª reunião ocorreu em Brasília, antecedendo a 81ª reunião CTAS; a 4ª reunião do GT foi realizada na cidade de Belo Horizonte, na sede da FIEMG; a 5ª reunião ocorreu em Brasília dentro da 82ª reunião CTAS; a 6ª reunião ocorreu na cidade de São Paulo, e contou com a participação de integrantes da CTAS do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de São Paulo. A 7ª e 8ª reunião do GT antecedeu as reuniões 83ª e 84ª da CTAS, respectivamente.

9. Nas reuniões 83ª e 84ª da CTAS a minuta de Resolução foi apresentada pelo coordenador do GT e amplamente discutida entre os integrantes desta Câmara Técnica. Realizaram-se as alterações visando à adequação e aperfeiçoamento, para que a proposta fosse submetida à CTIL.

10. A construção da Resolução considera a importância estratégica das águas subterrâneas e está em concordância com o previsto no Programa VIII do Plano Nacional de Recursos Hídricos que estabeleceu, no âmbito de sua estrutura, o Programa Nacional de Águas Subterrâneas – PNAS. A Resolução proposta também está em concordância com a Resolução CNRH nº 92 que estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.

11. O grupo que elaborou a minuta foi constituído por técnicos envolvidos na gestão dos recursos hídricos subterrâneos, sendo boa parte deles representantes de órgãos estaduais e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e que a proposta visa atender às demandas atuais de gestão dos recursos hídricos.

ENCAMINHAMENTO

12. Apresentados esses esclarecimentos, encaminha-se a proposta de Resolução à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais para análise pertinente às suas competências e

procedimentos subsequentes com vista ao encaminhamento para aprovação pela Plenária do CNRH.

Para sua consideração,



MARICENE MENEZES DE OLIVEIRA MATTOS PAIXÃO
Presidente da CTAS do CNRH